

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.232 - SC (2018/0326449-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : TARCISIO NEYHAUS (PRESO)
ADVOGADO : MARINA ISOLANI E OUTRO(S) - SC020207
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

TARCISIO NEYHAUS alega sofrer constrangimento ilegal no seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** no HC n. 4027919-39.2018.8.240900.

O paciente, condenado a cumprir 6 anos de reclusão e 1 ano de detenção, em regime semiaberto, pela prática dos delitos previstos nos arts. 121 do Código Penal e 12, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, pleiteia a concessão de prisão domiciliar humanitária, sob o argumento de que estaria sofrendo graves problemas de saúde no cárcere.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso.

Decido.

O art. 318, II, do Código de Processo Penal trata da viabilidade de substituição da "prisão preventiva pela domiciliar" quando o acusado estiver "**extremamente debilitado** por motivo de **doença grave**".

Esta Corte Superior, por razões humanitárias, "em casos excepcionais, tem admitido a prisão domiciliar a condenados portadores de doenças graves, que estejam cumprindo pena em regime fechado ou semiaberto, desde que **demonstrada a impossibilidade de receberem o tratamento adequado no estabelecimento prisional**" (HC n. 271.060/SP, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, DJe 29/10/2013, grifei).

No caso, o Juiz da execução penal indeferiu o pedido de prisão domiciliar e determinou o cumprimento de várias condições pela unidade prisional, a fim de garantir o tratamento adequado ao réu, as quais, segundo a defesa, não estão sendo atendidas.

Entretanto, ao julgar o agravo em execução, o Tribunal de

origem destacou que, "não obstante grave [a doença de que é acometido o paciente], não obsta o cumprimento da pena no ergástulo público, já que o tratamento pode ser realizado no próprio estabelecimento prisional" (fl. 589).

Ressaltou a Corte estadual que "há notícias nos autos que as determinações do juízo a fim de assegurar o tratamento de saúde adequado ao reeducando estão sendo observadas pelo ergástulo" (fl. 590). Isso porque a unidade prisional informou que o recorrente "está sendo atendido semanalmente no setor de saúde da unidade prisional", "está sendo fornecido um pacote de fraldas", "está recebendo complemento alimentar adulto desde 23/8/2018 conforme indicação da nutricionista com aumento considerável de peso" e "está em acompanhamento com infectologista para tratamento de HIV e recebendo as medicações necessárias" (todos à fl. 590).

Deveras, não há demonstração inequívoca de debilidade extrema do paciente por doença grave, nem de impossibilidade de tratamento médico no estabelecimento prisional, razão pela qual não estão preenchidos os requisitos necessários para a concessão de prisão domiciliar.

Assim, impossível a concessão da ordem. Ilustrativamente:

[...]

1. A jurisprudência tem admitido a concessão da prisão domiciliar aos condenados que se encontram em regime semiaberto e fechado, em situações excepcionalíssimas, como no caso de portadores de doença grave, desde que comprovada a impossibilidade da assistência médica no estabelecimento prisional em que cumprem sua pena. In casu, não se demonstrou a incompatibilidade da continuidade do tratamento na Cadeia Pública local.

2. Ordem denegada.

(HC n. 228.408/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 1º/8/2012)

À vista do exposto, **nego provimento** ao recurso em habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

